



MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DA PARAÍBA

Balanco de Ações

Informativo da Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ

Set 2017 - Ago 2018

Ano 2 - Nº 2

INSTITUCIONAIS

ADMINISTRATIVAS



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

AÇÕES INSTITUCIONAIS

Unindo esforços contra a corrupção

O MPPB NO PACTO NACIONAL

Nos início da gestão, a Procuradoria-Geral de Justiça assinou o Pacto do Ministério Público Brasileiro Contra a Corrupção. O compromisso nacional inclui um comitê permanente e um termo de cooperação técnica para prevenir e reprimir a corrupção nas eleições deste ano.



COORDENAÇÃO DO FOCCO-PB



O MPPB assumiu a coordenação do Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (Focco-PB), que integra instituições para aprimorar ferramentas de combate às práticas e à cultura de corrupção, no Estado. Alguns marcos foram:

- **Criação de GTs** - Foram formado grupos de trabalho para: fortalecer e ampliar o controle interno nos municípios; estimular a integridade empresarial; acompanhar obras públicas e fiscalizar o pagamento dos precatórios do Fundef.
- **Campanha para as Eleições 2018** - 'A escolha certa está em suas mãos' é o tema da campanha (spot, VTs, banners e cards) que está sendo veiculada nos meios de comunicação e nos canais do Focco. Também foi criada no site do Focco uma página que reúne ferramentas de fiscalização e pesquisa.
- **Novo portal e logomarca** - O layout do portal de notícias do Focco-PB foi completamente alterado para atender às demandas atuais de comunicação do colegiado. Também foi feita a atualização da logomarca, mantendo a ideia original.



1.070 ACPs propostas pelo MPPB em 1 ano

89,1 a cada mês

AÇÕES INSTITUCIONAIS

Protagonismo no combate à corrupção

CCRIMP: 31 DENÚNCIAS, 28 CONTRA PREFEITOS

No último ano, a Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa do Ministério Público da Paraíba protocolou 31 denúncias contra 40 pessoas. Do total, 28 processos são contra 18 prefeitos, sendo que um deles acumulou sete denúncias. Entre os crimes apontados estão: fraudes em licitações, abertura de crédito sem autorização, nomeação irregular de servidores, apropriação de bens ou rendas públicas e peculato.



GAECO: OPERAÇÕES DE DESTAQUE

XEQUE-MATE EM CABEDELLO: 26 DENUNCIADOS



Operação desencadeada pelo Gaeco e PF desarticulou um esquema de corrupção na administração pública de Cabedelo, que atuava dentro dos poderes Executivo e Legislativo municipais.

EM BAYEUX: DOIS PREFEITOS AFASTADOS



A PGJ, por meio do Gaeco, investigou e denunciou os prefeitos eleito e interino do Município de Bayeux, por corrupção e uso do cargo para obter vantagem indevida.

'CIDADE LUZ' REVELA ESQUEMA CRIMINOSO



O MPPB denunciou 13 investigados na operação deflagrada em Patos, que culminou com o afastamento do prefeito local. O grupo é acusado de organização criminosa, corrupção e desvio de verba pública, fraude em licitação e lavagem de capitais.

CARTOLA COMBATE MANIPULAÇÃO DE JOGOS



A operação feita com a PC revelou a existência de uma organização criminosa formada por membros da FPF, da Comissão de Arbitragem e do TJD/PB e por dirigentes de clubes de futebol profissional do Estado da Paraíba.

14.237 denúncias oferecidas pelo MPPB em 1 ano

1.186 a cada mês

AÇÕES INSTITUCIONAIS

Zelo com a 'coisa' pública

COMBATE ÀS CONTRATAÇÕES IRREGULARES

No último ano, o MPPB atuou contra as contratações irregulares de pessoas e escritórios por órgãos públicos, por inexigibilidade de licitação fora das hipóteses legais. Além das ações diretas de inconstitucionalidade impostas contra gestões, através do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e das promotorias de Justiça, fiscalizou e constestou a contratação de advogados e contadores para exercer funções que seriam de servidores concursados. Como parte da atuação, O MPPB expediu recomendações a gestores para que se abstivessem da prática. Já foram celebrados 15 TACs entre o MP e prefeitos que se comprometeram a regularizar a situação, inclusive, com realização de concursos públicos.

SÉRGIO ALMEIDA - ASCOM-CNMP



■ **No CNMP** - Defendeu com êxito a cassação da liminar que suspendia recomendações a prefeitos paraibanos para que se abstivessem de contratar serviços advocatícios e contábeis sem licitação e respaldo legal.

■ **No TJPB** - O MPPB ingressou com 19 ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), muitas relacionadas à contratação irregular de servidores. Nestas e em outras que estavam em tramitação fez 45 manifestações.

MP INICIA PROJETO DE COMBATE AOS LIXÕES



O MPPB - em sintonia com o MPF, a Sudema, o Ibama, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Famup - apresentou aos prefeitos do Litoral o acordo de não-persecução penal em troca do fechamento dos lixões. A proposta será estendida às demais cidades que depositam resíduos a céu aberto.

642 recomendações expedidas pelo MPPB em 1 ano

53,5 a cada mês

AÇÕES INSTITUCIONAIS

Fortalecendo os laços para alcançar objetivos

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: DIÁLOGO PERMANENTE

A PGJ tem buscado fortalecer os laços institucionais com outros órgãos para ampliar sua atuação em questões de interesse da sociedade e melhorar os mecanismos de controle e fiscalização. Um exemplo desse estreitamento institucional foi a recomendação conjunta dos quatro ramos do MP na PB em relação aos recursos do Fundef, para que os gestores se abstivessem de contratar, sem licitação, escritórios de advocacia para recebimento de valores complementares do Fundo.



APMP e ASMP: PARCERIA E INTERAÇÃO

A parceria com a Associação Paraibana do Ministério Público foi fundamental para algumas conquistas da gestão. A APMP participou das principais discussões e de projetos importantes para o Ministério Público e a sociedade; esteve presente nos embates travados em defesa da instituição e dos seus membros; acompanhou e participou das mudanças implementadas, a exemplo do novo quadro de membros e dos projetos e eventos realizados. Assim também, o diálogo norteou a relação com a Associação dos Servidores do Ministério Público (ASMP), que discutiu os assuntos relevantes para a categoria, e contribuiu para o aprimoramento da gestão.



AÇÕES INSTITUCIONAIS

Tecnologia e leis para mudar realidades



TRILHA DAS LEIS

- Pra elas
- Estamos de olho
- Democracia digital
- Abre aí
- Lei do respeito mútuo

TRILHA DA TECNOLOGIA

- Cadê meu remédio
- Lupa na Toga
- Não nasci para ser a outra
- Brasirama
- Focaqui
- Câmara das Deputadas
- Me diz quem tu és

POR UMA SOCIEDADE POLITICAMENTE PARTICIPATIVA

Uma legião de pessoas que acreditam que a tecnologia pode transformar realidades participou do 'IV Hackfest + Virada Legislativa', entre os dias 16 e 19 de agosto, na Estação Cabo Branco (JP). O evento foi promovido pelo Núcleo de Gestão do Conhecimento e Segurança Institucional (NGCSI/MPPB), Câmara de Vereadores de João Pessoa, APMP e CNMP e mais de 40 instituições públicas e privadas. Foram 26 expositores em 18 palestras e painéis, e mais de 40 horas de maratona de tecnologia e leis. Doze projetos foram premiados. O evento inspirou o Amazon HackFest, que o MP/AM vai realizar em outubro próximo.



LEI OFICIALIZA O CIRA DA PB

A Assembleia Legislativa da Paraíba aprovou o Projeto de Lei 1.913, que cria o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado da Paraíba. A lei vem oficializar e aprimorar a atuação do Cira estadual, que já funciona na prática, sendo os órgãos integrantes responsáveis pela recuperação de mais de R\$ 45 milhões, nos últimos cinco anos. Em junho deste ano, a Paraíba foi sede do Encontro Nacional do Cira, demonstrando que já estava engajada na missão. O comitê é formado pelo MPPB, a Procuradoria-Geral do Estado, a Secretaria de Estado da Receita e a Secretaria de Segurança e Defesa Social.

- **CONVÊNIO EM JP** - No mesmo propósito, foi firmado um convênio com a Prefeitura de João Pessoa, que possibilitará a criação da Câmara de Mediação Fiscal, no âmbito municipal.

3 mil participações no HackFest 2018

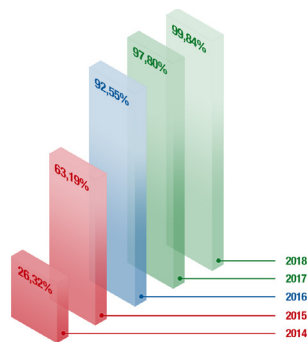
R\$ 45 milhões recuperados pelo Cira

AÇÕES INSTITUCIONAIS

Transparência e comunicação como políticas de gestão

ALCANÇANDO A EXCELÊNCIA

Em quatro anos, o Ministério Público da Paraíba saiu do penúltimo para o 2º lugar no ranking dos Portais da Transparência do MP, divulgado em julho deste ano, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O índice obtido pelo MPPB foi **99,84%**, considerado um nível excelente, dividindo o segundo lugar com os MPs de Alagoas, Ceará e o MPF. Os dados se referem ao primeiro quadrimestre de 2018. O objetivo é chegar aos 100%, completando a evolução iniciada em 2014.



NOVO PORTAL DE NOTÍCIAS

Em dezembro do ano passado, na Semana do MP, foi lançado o novo portal do MPPB, com um layout moderno, ferramentas de acessibilidade e usabilidade. Os serviços ao cidadão ganharam mais destaque e o Portal da Transparência mais ênfase.



DIÁLOGO NAS REDES

Além dos releases à imprensa e para o site e dos programas MP Notícias MPTV, houve um incremento na produção de conteúdo para as redes sociais, ampliando os canais de diálogo com a sociedade. No Instagram, o número de seguidores quadruplicou.



CONCURSO DE FOTOGRAFIA

O evento foi destaque dentro das várias ações da atual gestão na área de comunicação, sobretudo com o público externo. O '1º Concurso de Fotografia - MPPB e Cidadania' premiou profissionais e estudantes e as fotos foram usadas no calendário institucional.

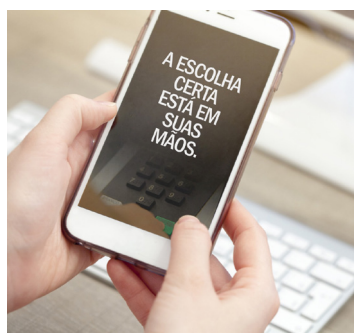


MEDIA TRAINING

Em abril deste ano, foi promovido o treinamento de mídia para membros e servidores, visando a melhor divulgação das ações do órgão nos meios de comunicação. Na ocasião, foi entregue o manual "O MPPB e as Mídias - Guia de Relacionamento".

CAMPANHAS

O MPPB desenvolveu campanhas (VTs e spots para veiculação gratuita em meios de comunicação, folders e cards para as redes sociais). Entre os trabalhos, destacam-se os projetos 'Prevenir é proteger!', 'Saúde no Lugar Certo', 'Não é Amor. É violência' e 'A Escolha certa está em suas mãos' (Eleições 2018).



19.007 seguidores nas redes sociais do MPPB

1.124 notícias produzidas em 1 ano

AÇÕES INSTITUCIONAIS

Mais instrumentos de atuação e de gestão estratégica

NOVO CICLO DE PROJETOS É IMPLANTADO



- Na macrorregião de Guarabira, está em execução o 'Família que acolhe' (idealizado pelo CAO da Criança e do Adolescente), com o objetivo de cobrar a implementação do acolhimento familiar de crianças e adolescentes.



- Na região de Cajazeiras, vigora o 'IPTU Legal' (do CAO do Patrimônio Público) para cobrar dos gestores o aperfeiçoamento do sistema tributário para melhorar e aumentar a arrecadação e revertê-la em benefícios sociais.



- Na macrorregião de Patos, foi lançado o 'MP por Elas' (CAO do Cidadão e Direitos Fundamentais) para cobrar políticas a ações que garantam o cumprimento da Lei Maria da Penha e combatam a violência doméstica.



- Na macrorregião de João Pessoa, o projeto 'Reparação' (coordenado pelo CAO Criminal) visa o pleito em juízo, durante o processo, de reparação dos danos materiais e morais causados às vítimas de crimes violentos.



- Na macrorregião de Campina Grande, está sendo executado o Formando Vidas (CAO da Saúde), que tem o objetivo de cobrar dos municípios a implementação de ações e políticas públicas para proteção materna e neonatal.

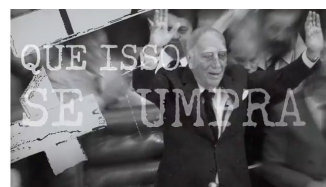
AÇÕES INSTITUCIONAIS

O Ministério Público mais independente e autônomo



MINISTÉRIO PÚBLICO CIDADÃO

Este foi o tema do IV Congresso do MPPB, que aconteceu entre os dias 5 e 8 de junho deste ano, em parceria com a APMP. Vários palestrantes, painelistas e debatedores participaram do evento, com destaque para Janice Ascari, Wagner Campos, Rossandro Klinjey, Bráulio Bessa, Fábio Bastos Stika, Edilson Mougenot Bonfim, Ana Teresa Freitas, Marcelo Ferra, André Felipe Barbosa, Victor Hugo Palmeiro e Cláudio Barros Silva. Nos três dias de evento, os 30 anos da Constituição Federal foi lembrado. A Carta deu ao Ministério Público o formato que ele tem hoje: mais atuante nas causas sociais, independente e autônomo na defesa dos direitos da população.



**ASSISTA AO VÍDEO PRODUZIDO
PARA O EVENTO**
<https://youtu.be/wCj1gS4MleI>



2012 representações feitas pelo MPPB em 1 ano

167,6 a cada mês

AÇÕES INSTITUCIONAIS

Diagnóstico e atualização de procedimentos

ENCONTROS REGIONAIS: DIÁLOGO PARA NOVOS RUMOS

Muito do que foi feito no último ano partiu das discussões travadas durante os encontros regionais, promovidos pela administração, ano passado, nas três principais regiões do Estado: Litoral, Agreste e Sertão. O objetivo foi ouvir os membros e colher sugestões para equalizar o trabalho no Ministério Público. Muitas propostas, como o novo quadro, foram frutos dessas discussões.

EM PATOS



EM CAMPINA GRANDE



EM JOÃO PESSOA



PROCEDIMENTOS CÍVEIS, CRIMINAIS E A NÃO-PERSECUÇÃO

A Resolução CPJ 17/2018, aprovada pelo Colégio de Procuradores, que dispõe sobre a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal (PIC), implanta o acordo de não-persecução penal no âmbito do MPPB. O dispositivo trata sobre investigações conjuntas, instrução, persecução patrimonial, publicidade, direitos das vítimas. Já a Resolução CPJ 18/2018 alterou a Resolução CPJ 04/2013, dando nova disciplina aos procedimentos extrajudiciais cíveis.



TAC E ACORDO DE LENIÊNCIA

O CPJ também aprovou a Resolução 19/2018, que trata dos parâmetros procedimentais a serem observados pelos membros da instituição para a celebração de TAC e acordo de leniência, envolvendo as sanções cominadas aos atos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992) e aos atos praticados contra a administração pública (Lei nº 12.846/2013). Podem ser celebrados nas fases extrajudicial e judicial, com pessoas físicas ou jurídicas.

RETOMADA DE EDITAIS

De outubro de 2018 a agosto deste ano, foram publicados 18 editais.

DIFERENÇA DE ENTRÂNCIA

Foi regulamentada pela Resolução 016/2018 do CPJ.

SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

O CSMP aprovou a Resolução 02/2017 com as regras para concessão.

ADEQUAÇÃO DE PLANTÕES

A Resolução CPJ/CSMP 01/2018 adequou os plantões do MP.

13.153 projetos tramitados no CSMP em 1 ano

40 sessões do CSMP em 1 ano

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Um Ministério Público maior e mais perto da sociedade



REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO E DAS ATRIBUIÇÕES

Foram quase oito meses de discussões com toda a classe, estudos e elaboração de projetos para a reestruturação do quadro dos cargos e das atribuições dos membros do Ministério Público da Paraíba. A Lei Complementar 151/2018 e a Lei 11.189/2018 foram sancionadas após aprovação do Colégio de Procuradores de Justiça e da Assembleia Legislativa. Também foi aprovada pelo CPJ a resolução que altera as atribuições dos membros. As mudanças visam dinamizar e otimizar o trabalho da instituição e entram em vigor em janeiro de 2019.

Algumas mudanças

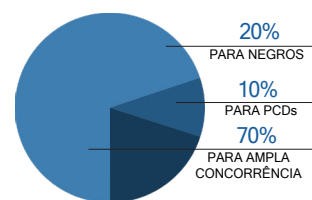
- Regionalização de atribuições
- Fortalecimento de promotoria-polo
- Gratificação por atuação em comarca diversa
- Possibilidade de atribuição criminal a promotores sociais
- Desvinculação do número de cargos de procurador de Justiça com o de desembargadores



CONCURSO PÚBLICO PARA PROMOTOR

Estão sendo ofertadas 10 vagas. Aos candidatos com deficiência foi reservado o percentual de 10% e aos negros 20%. Todo o processo para a seleção dos novos promotores substitutos foi definido e está sendo acompanhado pela comissão do concurso, formada por membros do MPPB e da OAB. O edital foi apreciado e aprovado na 18ª sessão ordinária do Conselho Superior. Entre 26 de junho e 25 de julho, 4.593 candidatos se inscreveram. A primeira etapa das provas aconteceu no dia 9 de setembro. A empresa contratada para realizar a primeira e a segunda fases do concurso foi a Fundação Carlos Chagas.

4,5 MIL INSCRITOS



3,5 MIL FIZERAM PROVAS

24 sessões do CPI em 1 ano

7 novos projetos apreciados pelo CPI em 1 ano

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

O trabalho mais dinâmico e produtivo



NOVO QUADRO DE SERVIDORES

O projeto foi apresentado e aprovado pelo Colégio de Procuradores, após discussão com representantes da categoria. Ele modifica a Lei 10.432/2015 (o PCCR), alterando o quadro de servidores, com vistas a uma melhor distribuição para suprir as promotorias de Justiça em todas as regiões do Estado. A mudança acompanha a que ocorreu com o quadro dos membros e diz respeito aos cargos vagos e a outros que serão transformados, garantindo, inclusive, que mais técnicos aprovados no último concurso sejam chamados, de acordo com a necessidade verificada.

IMPLANTAÇÃO DO TELETRABALHO

O Teletrabalho foi implementado através do Ato PGJ 9/2018, no último mês de junho, para reduzir os custos com a estrutura física das unidades do MPPB, elevar as metas de eficiência no serviço público e suprir, temporariamente, a insuficiência de força de trabalho, principalmente, nas promotorias de Justiça. Além de redu-



zir o consumo de bens e serviços, essa modalidade também amplia a possibilidade de trabalho aos servidores com dificuldade de locomoção e melhora a qualidade de vida dos colaboradores da instituição.

■ NOMEAÇÃO DE CONCURSADOS

Atendendo Termo de Ajustamento de Conduta celebrado junto ao CNMP e TCE, o Ministério Público devolveu aos órgãos de origem 42 servidores que estavam à disposição do órgão ministerial, no último ano, nomeando candidatos aprovados no último concurso público. Foram 35 nomeados, no período. A meta é nomear, pelo menos, 40 novos servidores, por ano.

■ SUBSTITUIÇÃO DE ASSESSORES

Foi autorizado pelo Conselho Superior o serviço extraordinário para servidores, possibilitando que assessores possam ser substituídos em casos de licenças maternidade ou de saúde por mais de 120 dias.

■ AGILIDADE NOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

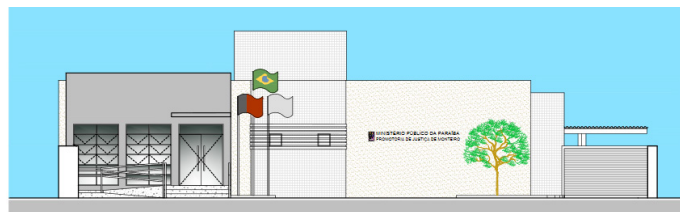
A atual gestão tem empreendido um esforço no sentido de dar agilidade aos procedimentos administrativos, e essa determinação já pode ser observada no dia a dia. Um exemplo é a concessão de diárias, cujo trâmite dura, em média, de três a cinco dias.

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Reformas, ampliações e manutenções

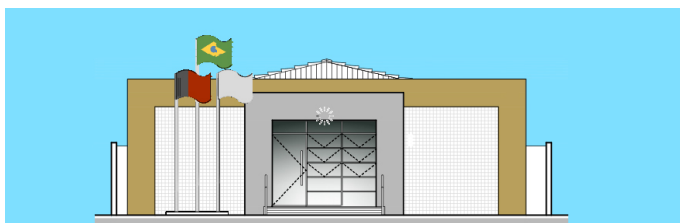
DIAGNÓSTICO DA ESTRUTURA FÍSICA E PRIORIDADES

A manutenção, adequação, restauração e conservação dos imóveis que abrigam as promotorias de Justiça são uma meta da gestão. Primeiro, foi realizado o diagnóstico das estruturas para identificar as prioridades. Alguns prédios receberam melhorias, outros terão que passar por serviços maiores e, para isso, foram desenvolvidos projetos arquitetônicos.

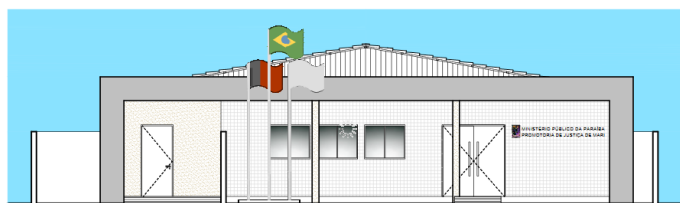


EM SAPÉ E MONTEIRO

Já foram licitadas as reformas e ampliações dos prédios das duas promotorias, que terão ambientes acessíveis, auditórios, gabinetes de promotores, salas de serviços especializados, recepção e estacionamentos.



EM SANTA LUZIA, QUEIMADAS E MARI - Foram elaborados projetos para implantação de promotorias em imóveis cedidos pelo Poder Judiciário, que serão reformados. As licitações serão realizadas ainda este ano.

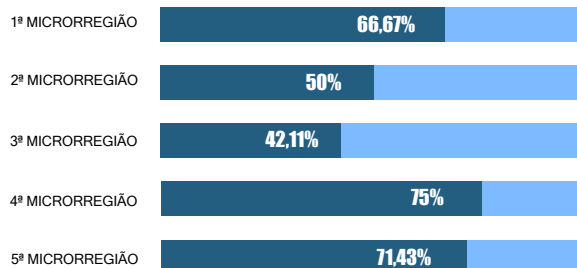


OUTROS SERVIÇOS - Foi concluída a instalação de esquadrias e grades nos prédios das promotorias de Pilar, Serraria e Santa Rita. Já na sede das promotorias de Campina Grande, foi finalizada a restauração do revestimento, além de serviços de pintura e impermeabilização. Foram feitos projetos de reestruturação e reformas dos prédios. Também estão em desenvolvimento os projetos arquitetônicos para as promotorias de Cajazeiras e Água Branca.

SERVIÇOS GERAIS

Foram realizados serviços e reformas de manutenção e conservação predial, que resultaram em melhorias nas condições de trabalho e no atendimento da sociedade, entre os quais: criação de novos ambientes; pintura; criação, ampliação e manutenção das redes elétrica, de dados e telefonia; manutenção e reparos hidrossanitários; instalação de películas; retirada de infiltrações e goteiras; recuperação de calhas e de sistemas de drenagem pluvial e de refrigeração.

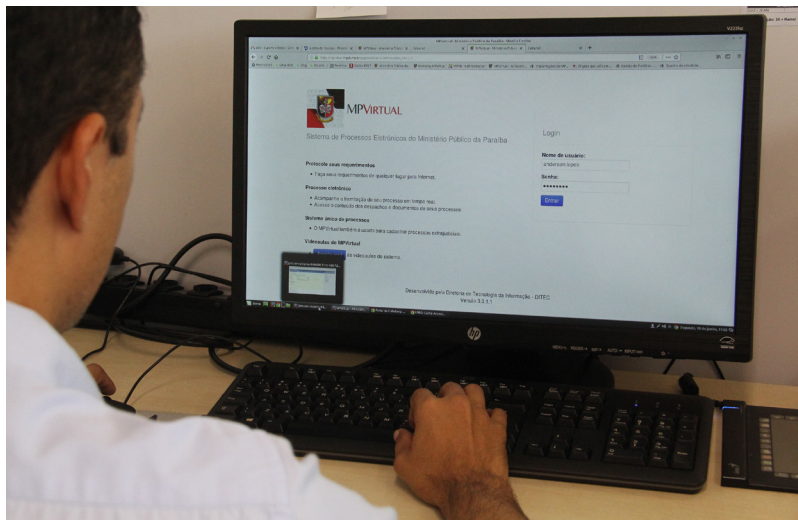
PROMOTORIAS ATENDIDAS POR REGIÃO



AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Trabalhando em rede e com mais velocidade

MPVIRTUAL CHEGARÁ A 100% DOS ÓRGÃOS



Uma das principais metas da gestão foi tornar realidade a virtualização da instituição, para que todos os órgãos ministeriais possam trabalhar em rede, com mais agilidade e eficiência. Neste ritmo acelerado, em agosto deste ano, foi concluído o processo de virtualização em todas as promotorias cumulativas. O primeiro ano da gestão findou com 84% dos órgãos do MPPB já criando e movimentando seus procedimentos administrativos, judiciais e extrajudiciais no MPVirtual. A meta é atingir os 100% até outubro deste ano.

RENOVAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO

Órgãos e promotorias também receberam equipamentos e tiveram um incremento na velocidade da internet. Setenta por cento das promotorias tiveram sua velocidade de Internet ampliada em até cinco vezes sem nenhum custo para a instituição. O levantamento apontou que 380 computadores precisavam ser atualizados. Está em tramitação novo processo licitatório para a aquisição de mais computadores para atualizar satisfatoriamente o parque tecnológico da instituição.

INVESTIMENTO EM NÚMEROS

199 impressoras locadas, gerando economia com aquisição de toner
128 novos computadores adquiridos
87 monitores adicionais instalados
64 scanners instalados
56 promotorias estão com internet cinco vezes mais rápida
39 impressoras distribuídas

SISTEMAS DESENVOLVIDOS OU MELHORADOS

■ SONDA

O sistema permite o controle dos processos que saíram do MPPB e estão no TJPB, STJ e outros órgãos.

■ JÚRI RADAR

Cadastra e controla informações das audiências, com a disponibilização de diversos relatórios estatísticos.

■ CARCEREM DATA

Sistema possui dados para o acompanhamento da população carcerária em todos os presídios da Paraíba.

■ PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Foram desenvolvidas adaptações com o objetivo de automatizar a atualização, garantindo o acesso da população a informações mais completas.

■ TOTH

Disponibiliza relatórios gerenciais para apoio da administração, facilitando e balizando a tomada de decisões.

■ MÓDULO POLÍCIA CIVIL

O módulo possibilita o envio eletrônico de autos de prisão em flagrante, através do MPVirtual, e manda notificações aos usuários.

238.951 processos cadastrados no MPVirtual

358 correções, ajustes e melhorias no sistema

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Capacitação constante para manter a qualidade

MAIS DE 500 HORAS DE APRENDIZADO

No último ano, a administração promoveu (através do Ceaf e em parceria com a APMP, órgãos ministeriais e de convênio com a Espep) dezenas de cursos presenciais e a distância, com o objetivo de atualizar membros e servidores em relação ao trabalho que desempenham no órgão. Foram mais de 500 horas de aprendizado. Alguns eventos foram abertos também ao público externo.

RELEMBRE ALGUNS EVENTOS

- I Seminário de Compliance para a Administração Pública Estadual
- Curso de Detecção de Fraudes em Licitação
- Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher – Provocando uma Atitude de Paz
- Minicurso MP e Atuação Integrada: Experiências exitosas para a Resolução dos Problemas na Área Ambiental
- Seminário “Novos Instrumentos de Prevenção e Combate À Corrupção”
- Curso de Perícia Criminal – Interface da Prova Pericial – Evidências e Quesitação
- Curso de Capacitação – Projeto Refletir
- Ministério Público Eleitoral: Aprimoramento da Atuação
- Capacitação em Direito e Inclusão
- Reunião de Trabalho com Promotores Eleitorais
- Capacitação sobre o Sistema Tramita
- Seminário de Humanização do Direito Civil-constitucional
- Curso de Atendimento Humanizado (Nead)



- II Workshop sobre Depoimento Especial e Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes



- Segurança Humana e Inclusão: Construindo Dignidade através da Igualdade nas Relações de Consumo



- Media training para membros e servidores



- A Representatividade da Mulher nas Instituições



- Curso de Capacitação para os Novos Servidores



- Combate à Pirataria e Proteção à Saúde do Consumidor

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Agilidade, apoio e padronização de rotinas

SISTEMA GEP DISPONÍVEL PARA MEMBROS

A PGJ disponibilizou o Sistema de Gestão de Pessoas (GEP) para os membros da instituição. Agora, promotores e procuradores podem requerer o gozo de férias, licenças especiais e compensações de plantões pelo GEP, que já vinha sendo usado pelos servidores. O sistema foi alimentado com todas as informações necessárias para que o processo se tornasse mais prático, rápido e eficiente. Após o requerimento, a solicitação é encaminhada ao 2º subprocurador-geral e, quando despachada, segue para a publicação no Diário Oficial Eletrônico.



CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

O MPPB elaborou e publicou A 'Carta de Serviços ao Cidadão'. A iniciativa foi da Ouvidoria e a execução ficou a cargo da Seplag. Além de poderem conhecer melhor o funcionamento dos serviços e órgãos ministeriais, os cidadãos poderão ter acesso aos canais do MPPB, como os telefones e endereços de todas as promotorias de Justiça e demais órgãos do MPPB.



NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO

O NAT foi criado pelo ato PGJ 39/2017 para subsidiar a atividade dos promotores de Justiça. Além de atender a uma determinação da Corregedoria Nacional, o NAT foi idealizado pela Seplag para fortalecer a atividade extrajudicial, implementando mecanismos de apoio e controle de resultados, um dos objetivos do Mapa Estratégico do MPPB para o período 2017-2021.

PROMOTORIA MODELO

Em abril deste ano, a Seplag concluiu os trabalhos de desenvolvimento do projeto "Promotoria de Justiça Modelo", que foi discutido durante os encontros regionais. O objetivo é padronizar os procedimentos cartorários e uniformizar a atuação dos servidores. O projeto-piloto foi implantado na Promotoria de Justiça de Pombal. Após o período de validação, as inovações propostas no projeto serão aplicadas nas demais promotorias de Justiça do estado.

EM POMBAL

56 fichas de instrução operacional padrão

653 operações

101 laudos e perícias solicitados ao NAT

2.590 requerimentos registrados no GEP em 1 ano

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Otimização dos recursos financeiros

ATUAÇÃO PELA RECOMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO

Trabalhando com o mesmo orçamento desde 2016 (R\$ 239 milhões), a administração precisou fazer contenção de despesas para garantir o pleno funcionamento da máquina, mas também lutou pela recomposição das perdas, apelando à Justiça. Em 2017, a PGJ entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade contra o Estado para garantir que a Lei de Diretrizes Orçamentárias fosse apreciada sem os cortes realizados unilateralmente. Este ano, o MPPB impetrou um mandado de segurança com liminar concedida, para que o governo repasse, pelo menos, o montante aprovado na LOA. O congelamento do orçamento do MPPB na Lei Orçamentária Anual também motivou a APMP a entrar com uma ADI pelo reajuste mínimo anual.



REFORÇO DO FDD

O Conselho Gestor do Fundo de Direitos Difusos aprovou alterações na Lei 8.102/2006, incluindo o Artigo 4º que prevê o uso de 30% dos recursos do FDD para o custeio de perícias, capacitação e aparelhamento dos órgãos ministeriais. As mudanças foram aprovadas pelo Colégio de Procuradores e pela Assembleia Legislativa e já estão em vigor.

MANUTENÇÃO DE DIREITOS DE MEMBROS E SERVIDORES

Mesmo com o orçamento defasado, a administração tem se esforçado e garantiu a manutenção dos direitos dos membros e servidores, sempre dialogando com seus representantes. Este ano, ainda foram garantidas todas as vantagens previstas no PCCR e concedida a recomposição salarial da categoria.

LEI 11.185/2018

Lei do reajuste publicada no DOE de 18/07/2018.

EXPEDIENTE

Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho
Procurador-Geral de Justiça

Alcides Orlando de Moura Jansen
1º Subprocurador-Geral de Justiça

Nelson Antônio Cavalcante Lemos
2º Subprocurador-Geral de Justiça

Luciano de Almeida Maracajá
Corregedor-geral

Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena
Subcorregedora-geral

Doriel Veloso Gouveia
Ouvidor

Antônio Hortêncio Rocha Neto
Secretário-Geral

Rodrigo Silva Pires de Sá
Secretário de Planejamento e Gestão

Informativo produzido pela Assessoria de Comunicação, com a colaboração dos órgãos ministeriais e setores.

Jornalistas responsáveis pelo projeto gráfico, pesquisa, textos e edição:

Andréa Batista (coordenadora)
Cristina Fernandes
Alexsander Carvalho

Fotografia: Ernane Gomes (MPPB) e arquivo da Ascom-MPPB

Assistência em design gráfico: Matheus Paulino, Emmily Franthesca e Roscelino Neto (estagiários)